

Aula 4

LEITURA E COMPREENSÃO/ INTERPRETAÇÃO (2): DO SILOGISMO ARISTOTÉLICO À SILOGÍSTICA

META

Apresentar a partir de algumas observações sobre a História da Filosofia e da Lógica os temas e conteúdos principais que deram origem à silogística aristotélica.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Leitura cuidadosa dos textos que serão citados e atenção aos pontos que certamente demandam conhecimento histórico, filosófico ou prático, neste caso associado à capacidade de interpretar/esquematizar textos e argumentos.

PRÉ-REQUISITOS

Os pré-requisitos são a **PACIÊNCIA** e a **ATENÇÃO** para ler o texto da aula, a capacidade de **INTERPRETAR/ESQUEMATIZAR/COMPREENDER** quais teses estão envolvidas nos textos citados e a **HABILIDADE** para buscar na internet ou em material impresso certas palavras, conceitos, biografias, verbetes, imagens.

William de Siqueira Piauí

INTRODUÇÃO

Novamente, se toda filosofia deve ser considerada crítica da linguagem e o mundo deve ter substância para que possamos resolver o problema do significado ou do sentido (Wittgenstein, *Tractatus*, aforismos 4.0031, 2.021 e 2.0211), nesta aula gostaríamos de começar problematizando as seguintes questões: O que Aristóteles parece ter herdado de Sócrates e o que isso pode ter a ver com Platão? Como o filósofo grego Aristóteles pensava o alcance da linguagem? Que relação a linguagem tinha com a verdade ou a essência das coisas e o conhecimento científico em sua filosofia? Quais as características mais básicas e o alcance do silogismo aristotélico? Quais as críticas do estagirita à sofística, à dialética e o que a refutação e o silogismo tem a ver com elas? Vamos nos manter em uma interpretação/compreensão que considera Aristóteles um realista, em grande medida de acordo com a opinião de Tomás e oposta à de Ockham; o que oferecerá uma caracterização pouco empirista e nada nominalista de sua filosofia.

DESENVOLVIMENTO:

Nos diálogos platônicos reatar o fim ao começo de um discurso ou definição assume grande importância e cremos ter deixado claro o porquê. De qualquer modo, boa parte das acusações que o personagem Sócrates dirige aos adversários tem esse sentido, ou seja, o de faltarem contra o método adequado no que diz respeito ao fim e ao começo do discurso ou ao lugar da definição, é o que transparece na seguinte passagem do *Fedro*, 264b, (p. 168): “Deu-nos Lísias, no começo de seu discurso sobre o amor, uma definição de Eros? Dispôs ele seu discurso de acordo com essa definição e assim o realizou?”. Como dissemos na aula anterior, Platão apresenta a associação do método dialético de construção das definições com a busca das essências, ou como ele mesmo fazia o personagem Sócrates afirmar:

A maioria dos homens não nota, entretanto, que ignora a essência das coisas. Isso não apenas os impede de acreditar erroneamente que a conhecem; (...) começaremos assim estabelecendo uma definição do amor (*Eros*), da sua natureza e dos seus efeitos, definição que deverá estar de acordo com a opinião de nós ambos; havemos de nos referir sempre a esses princípios e reduzindo desse modo toda a discussão. (PLATÃO, 1985 [*Fedro*, 237c], p. 142).

Como vemos, segundo o Sócrates de Platão, é porque desconhecemos a essência das coisas que devemos ser rigorosos na busca pelas definições e na submissão a elas. Também já havíamos mencionado que esse era um outro ponto em que Aristóteles gostava de insistir quando descrevia a maneira socrática de construir as definições, a saber:

Sócrates ocupou-se das virtudes (*aretê*) éticas (*éthica*), e por primeiro tentou dar definições (*oros, orismos*) universais (*katholon*) delas (...), buscava a essência (*tó ti estin*) das coisas e com razão: de fato, ele tentava seguir o procedimento silogístico, e o princípio (*arkhê*) dos silogismos (*syllogismós*) é, justamente, a essência. A dialética (*dialektikê*) daquele tempo, ainda não era forte para proceder o exame dos contrários independentemente da essência (...), duas são as descobertas que se podem atribuir com razão a Sócrates: os raciocínios (*lógos*) indutivos (*epagogé*) e a definição universal: estas descobertas constituem a base da ciência (*epistémê*). (ARISTÓTELES, 2005 [*Metafísica*, M ou XIII, § 4, 1078b 20], p. 605).

Dentre outras coisas, essa passagem deixa claro que é preciso suspeitar do convencionalismo de Aristóteles, ele de maneira nenhuma significa o abandono da opinião que a linguagem, em sua função mais própria, científica ou teórica, deve buscar determinar as essências; ou seja, mesmo sendo um partidário da opinião de Hermógenes, sendo um convencionalista (*cf. Da interpretação*, 16a 20), Aristóteles acreditava que a linguagem podia alcançar a essência das coisas, os universais, neste sentido podia dizer a verdade em sentido absoluto, e era justamente essa a característica mais importante do silogismo. A passagem acima também evidencia sua opinião quanto à insuficiência da dialética para lidar com os “contrários independentemente da essência”, essa também será uma outra atribuição dos silogismos, daí que existam os silogismos que remetem à essência, os propriamente científicos, e os que não.

Outra questão era a importância que a investigação de tipo platônica conferia ao princípio de identidade, o que Aristóteles criticava dizendo:

Ora, investigar a razão pela qual uma coisa é ela mesma é investigar nada (...). Pode-se, ao contrário, investigar por que o homem é um animal dessa determinada natureza [ou espécie]. Nesse caso é evidente que não se investiga por que aquele homem é homem; antes, investiga-se por que uma coisa convém a outra [ou um ser é predicado de outro] (...). (ARISTÓTELES, 2005 [*Metafísica Z* ou VII, §17, 1041a 20], p. 361).

Em Aristóteles a investigação se volta, portanto, para outras perguntas, outros princípios, outros métodos; mas para que não restem dúvidas que se trata de determinar o que é mais científico, veja-se o que ele diz na *Ética a Nicômaco*:

Ora, o que seja o *conhecimento científico*, se quisermos exprimir-nos com exatidão e não nos guiar por meras analogias, evidencia-se pelo que segue. Todos nós supomos que aquilo que [de fato] sabemos não

é capaz de ser de outra forma. Quanto às coisas que podem ser de outra forma, não sabemos, quando estão fora do nosso campo de observação, se existem ou não existem. Por conseguinte, o objeto de conhecimento científico existe [e deve existir] necessariamente; donde se segue que é eterno, pois todas as coisas que existem por necessidade no sentido absoluto são eternas, e as coisas eternas são ingênicas e imperecíveis. (...) o conhecimento científico é um estado que nos torna capazes de demonstrar, e possui as outras características limitativas que especificamos nos *Analíticos*, pois é quando um homem tem certa convicção, além de conhecer os pontos de partida, que possui conhecimento científico. (ARISTÓTELES, 1973 [*Ética a Nicômaco*, Livro VI, 1139b 20, § 3], p. 343).

Assim, estar de posse de conhecimento realmente científico significa ser capaz de produzir demonstrações sobre determinado conteúdo, o qual, para Aristóteles, opinião controversa para nós hoje, deve se referir a “coisas que existem por necessidade”, que são eternas, ingênicas (não geradas) e imperecíveis (não perecíveis), daí que tal conhecimento tenha de se referir às essências, as substâncias, o que aconteceu, acontece e acontecerá de um mesmo modo necessariamente. Seria esse o alcance mais elevado da linguagem, do discurso, da definição, do raciocínio ou do silogismo: enunciar verdades eternas.



Você percebeu que há relação entre o conhecimento científico, o silogismo, as essências e a eternidade? Existe alguma relação entre ciência e demonstração para Aristóteles? O que o estagirita criticava na investigação de tipo platônico?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Lembre-se que a certeza ou verdade em sentido absoluto é o objetivo da investigação de tipo aristotélico, talvez só de posse da demonstração do porquê um predicado de fato se liga a um sujeito é que possamos certificar nossa convicção.

Seguindo a indicação da obra feita acima, vejamos como Aristóteles enumera parte das novas perguntas e métodos nos *Analíticos*:

São quatro os tipos de questões que formulamos, correspondentes aos tipos de coisas que conhecemos. São elas: as questões do *o que* [*to otí*], do *porquê* [*dí diotí*], do *se é* [*ei estí*] e do *que é* [*tí estín*]. (...) É quando conhecemos o *o que* (o fato) que perguntamos pelo *porquê* (a razão [ou causal] - por exemplo, se sabemos que o Sol experimenta eclipse e que a Terra se move, indagamos pelos porquês destes fatos. ...) Quando formulamos a questão do fato ou do simples existir, estamos indagando se a coisa possui ou não um termo médio; mas quando, após termos ciência do fato ou de que o sujeito existe (em outras palavras, que o sujeito é num sentido particular, ou simplesmente é), passamos, em seguida, a questionar o porquê do fato, ou o que é o sujeito, estamos indagando o termo médio. (...) Em todos estes casos é óbvio que a questão do *o que é* (essência) e a questão do *porquê* (causa [ou razão]) são idênticas (ARISTÓTELES, 2010 [*Analíticos posteriores*, Livro II, Par. 1-2, 89b 23-90a 15], p. 313-4).

Além do que já dissemos, a diferença do silogismo com relação à dialética platônica está na importância que assumirá a consideração do termo médio (*mésón*); também há uma inversão fundamental, enquanto Platão fazia iniciar as pesquisas pela pergunta que levava à essência, pela pergunta ‘o que é’ (*to tí estín*) aqui se começa pelas perguntas ‘o que’ (*to otí*) ou ‘se é’ (*ei estí*); Aristóteles certamente o faz para afastar as limitações associadas ao princípio de identidade, ir além de afirmações do tipo “o que é é e o que não é não é”, mas também por conta de sua noção de essência ou dos universais, que devem estar neste mundo e não no mundo ideal, ou seja, para superar o pensamento “que as definições se referissem a outras realidades e não às realidades sensíveis” (cf. ARISTÓTELES, 2005 [*Metafísica*, A ou I, § 6, 987b], p. 35 e PORCHAT, 2001, p. 231). Eis um dos motivos da seguinte retomada:

Cabe-nos agora retomar o que afirmamos anteriormente e considerar quais argumentos são válidos e quais não o são, o que é a definição e se a essência é em qualquer sentido demonstrável e definível (...). Conforme dissemos anteriormente, conhecer o que uma coisa é é o mesmo que conhecer a causa de sua existência. (...) no caso desta causa ser distinta e demonstrável, tem ela que ser um termo médio e ser demonstrada na primeira figura, uma vez que é (somente) nesta (figura) que a conexão demonstrada é universal e afirmativa. (...) Está claro que do mesmo modo a natureza essencial implica o fato. É impossível conhecer o que uma coisa é se não sabemos se ela existe (é) (ARISTÓTELES, 2010 [*Analíticos Posteriores*, II, VIII, 93a 1-20], p. 323).

Ou seja, a essência existe, é definível e demonstrável, dito de outro modo, seria impossível saber o que ela é se ela não fosse imanente, devemos

poder dizer qual sua causa ou o termo médio que a explicita e permite a demonstração; resta, pois, atentar para a “figura” (*schéma*) correta do silogismo que utilizarmos. Quanto ao tema das figuras do silogismo, trata-se de retomada do que foi longamente discutido nos Analíticos anteriores. Outro ponto para o qual Aristóteles chamava muitas vezes a atenção, e que também determina a escolha da primeira figura, era o da universalidade das definições ou silogismos, se nos voltarmos ao início da obra temos a seguinte formulação:

Outro ponto que se evidencia é que se as premissas do silogismo são universais, a conclusão de uma demonstração deste naipe [ou tipo] - demonstração em sentido estrito - tem que ser eterna. Consequentemente, no que concerne a relações corruptíveis, não há demonstração ou conhecimento *stricto sensu*, mas somente no sentido accidental em que o predicado ou o atributo pertence ao sujeito não universalmente, mas num dado tempo ou sob dadas condições. Quando é assim, a premissa menor tem que ser não universal e corruptível. (ARISTÓTELES, 2010 [*Análíticos posteriores*, Livro I, Par. 8, 75b 25], p. 267).

Eis os limites do empirismo de Aristóteles, muitas das experiências se relacionam apenas com o corruptível, o accidental, e as sentenças - neste caso a premissa menor - que as expressam unem o predicado ou atributo de um modo que não é universal. Portanto, é esse o caminho que devemos seguir se queremos compreender o alcance da linguagem e o que de fato significa fazer ciência ao modo aristotélico. Para além das complicações e das particularidades da busca pelas causas, que, se evitamos o problema se o “acaso” é ou não uma quinta causa (cf. *Física*, livro II, 4, 195b 31), podem ser divididas em causa material, formal, eficiente ou final, já temos os elementos suficientes para determinar as partes e características mais importantes do silogismo aristotélico; vejamos o exemplo e o comentário fornecidos no verbete “Silogismo” do *Dicionário de filosofia* de Nicola Abbagnano (2003, p. 897A):

“Todos os animais são mortais; todos os homens são animais; logo, todos os homens são mortais”. Isso significa que o homem é mortal *porque* [é] animal: a animalidade é sua *causa* ou *razão de ser* de sua mortalidade. Nesse sentido, diz-se que a noção “animal” desempenha a função de *termo médio* do S.[ilogismo]: obviamente, o termo médio é indispensável no S. porque representa a substância, ou alusão à substância e somente esta possibilita conclusão (*An. [alíticos] post.[eriores]* II, 11, 94a 20). Portanto, o S. tem três termos, a saber, o sujeito e o predicado da conclusão e o termo médio, mas é a função do termo médio que determina as diferentes figuras do silogismo (v.[er também o verbete] SILOGÍSTICA).

Notem que a mesma obra que utilizamos, *Analíticos*, serve de referência para Abbagnano. Se utilizarmos as “variáveis” como Aristóteles sugere em *An. post.* 98b 10, teremos: [1 - Premissa Maior] X (Todos - os animais) para Y (são mortais); [2 - Premissa menor] Z (todos - os homens) para X (são animais); [3 - conclusão] logo Z (todos - os homens) para Y (são mortais). No que diz respeito à quantidade, tanto as duas premissas (1 e 2) quanto a conclusão (3) são universais afirmativas, mencionam a quantidade “Todo(s)”. No que diz respeito à ordem de seus termos, na primeira premissa ou premissa maior (PM) temos o termo maior ou predicado da conclusão, e temos o termo menor ou sujeito da conclusão na premissa menor (Pm) ou segunda premissa. O termo que faz a mediação é “X” ou “os animais”. Notem que se eu trocar a premissa (1) pela (2) e vice versa, isso não alterará as suas naturezas; quer dizer, a diferença de natureza de seus termos é determinada pelo sujeito e predicado da conclusão, daí resulta que tanto é de primeira figura “X para Y (PM), Z para X (Pm); logo, Z para Y (C)” quanto “(Pm) Z para X, (PM) X para Y; logo, Z para Y”. Assim, o que determina a figura é apenas a ordem dos termos da conclusão, ou como esquematiza Hegenberg (1975, p. 149):

figura 1	figura 2	figura 3	figura 4
M P [ou S M]	P M [ou S M]	M P [ou M S]	P M [ou M S]
S M [ou M P]	S M [ou P M]	M S [ou M P]	M S [ou P M]
S	P S	P S	P S P

Este esquematismo, que completamos com as opções à direita das premissas de cada figura, ilustra muito bem o que discutimos acima e tem como base o tema longamente discutido nas primeiras partes dos *Analíticos anteriores* (conferir livro I, cap. I-VII, 24a 10-29b 30). De todo modo, para que possamos falar de fato em “silogística”, falta ainda explicitar a questão da oposição entre as proposições incluindo as quantificadas.



ATIVIDADE

O silogismo “Todas as quimeras cospem fogo; toda quimera é animal; logo, alguns animais cospem fogo” é de que figura? Quais as partes das premissas e conclusão de um silogismo? O que determina a figura do silogismo? Qual a diferença entre um enunciado verifuncional e um enunciado categórico? Existe relação entre buscar o termo médio e o que

deve investigar o cientista aristotélico? A partir disso, explique quais são as figuras do silogismo, qual é a mais (qualitativamente) científica e por que. O que quer dizer a seguinte afirmação: “Quando é assim, a premissa menor tem que ser não universal e corruptível” (dê exemplos nas quatro figuras)? Quem foi João Filopono de Alexandria e qual a sua importância para a história da lógica?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Lendo com atenção a parte imediatamente ligada a esta atividade você encontrará as respostas para estas perguntas, lembre-se que desde os pré-socráticos uma das principais atribuições do sábio, filósofo ou cientista era determinar as verdadeiras causas do vir a ser da natureza; o que se opõe a universal é particular e incorruptível é o não accidental.

Creemos ter deixado evidente a importância dos Analíticos para a adequada compreensão do silogismo aristotélico e é principalmente nos anteriores que podemos encontrar o que se considera as bases da silogística de Aristóteles. Todavia, como já o dissemos, o *Organon* contém outras obras e elas também são muito importantes para o estudo que estamos fazendo; ele incluía também as *Categorias*, os *Tópicos*, *Refutações sofisticas* e o *Da interpretação*. Falemos um pouco dos dois últimos.

Tendo as *Categorias* já discutido longamente os conteúdos que fariam a significação do sujeito, do verbo e do predicado das sentenças declarativas ou proposições. Assumido seu nome latino, o *Peri hermeneias* (atenção ao parentesco com “hermenêutica” - “interpretação”) começa prometendo “definir o nome” ou substantivo “e o verbo”, o que “se entende por negação, afirmação, sentença e proposição” (ARISTÓTELES, 2010 [*Da interpretação*, 16a 1], p. 81). Depois enuncia a relação entre os caracteres escritos, os sons e as paixões ou sentimentos da alma (assunto que remete ao *De anima*), texto que foi muitíssimo problematizado durante a história da filosofia, e em seguida estabelece a não menos problemática comparação entre o pensamento (*noéma*) com o que ocorre em nossa linguagem, a ocorrência de conceitos conectados ou compostos (*synthesis*) e separados ou divididos (*diairesis*) e a verdade e falsidade. Daí surge a “doutrina de que a proposição (prótasis) é uma expressão verbal de uma operação mental” ou do pensamento (cf. ABBAGNANO, 2003 [verbete “proposição”], p. 801A).

Depois de estabelecido o que é o nome, o verbo e afastados aqueles que devem ser objetos do *Da alma*, da *Retórica* ou da *Poética*, chegamos àquilo que é de fato o objeto da obra, ou seja, as proposições; e, a este respeito, Aristóteles estabelece: “Chamamos de proposições somente as que encerram verdade ou falsidade” (*Da interpretação*, 17a 1). A proposição é o tipo de enunciação que chamamos de discurso apofântico (*lógos apophantikós*),

a sentença ou o enunciado que pode ser dito verdadeiro ou falso. Logo depois surge o princípio que regerá toda a argumentação que se seguirá e que certamente é o que torna essa obra tão importante, a saber:

Conclui-se que toda afirmação [ou proposição afirmativa] terá sua própria negação oposta, tal como toda negação [ou proposição negativa] terá sua própria afirmação oposta. Chamaremos de contradição (*antífasis*) o par formado por uma proposição afirmativa e uma negativa em oposição, entendendo por proposições opostas as que realmente enunciam sempre os mesmos predicados e sujeitos, de maneira não meramente homônima [de sorte a gerar ambiguidade]. Estas e algumas outras condições são necessárias para podermos encarar [ou enfrentar] as objeções [sutis e] problemáticas dos sofistas. (17a 30, p. 86)

Portanto, proposições relacionadas ao que é acidental como “Sócrates é branco”, que é uma afirmação, estão em oposição contraditória com proposições como “Sócrates não é branco”, que é uma negação. Todavia, além das sentenças que aparentavam ser proposições mas não o eram, tendo em vista que não podiam ser ditas verdadeiras ou falsas - como é o caso de “Até logo!”, “Bom dia!”, “Vá para casa!” etc (objetos da *Retórica* ou *Poética*)-, existiam as proposições que “aparentavam” ser as verdadeiras ou as contraditórias delas, que eram afirmativas ou negativas, que possuíam nomes e verbos, possuíam predicado, sujeito e mesmo quantidade, possuíam elementos encadeados de um determinado modo, “podendo” ser ditas verdadeiras ou falsas mas que eram “*pseudo*” verdadeiras ou pseudo contraditórias; simples aparência associada a ambiguidades e sutilezas “sofísticas”.

Além das muitas discussões também feitas nos *Tópicos*, a obra *Refutações sofísticas* versava justamente sobre os muitos tipos de proposições que abrigavam sutilezas e ambiguidades das quais, segundo Aristóteles, se valiam os sofistas (novamente eles?); lá ele já havia afirmado que “as formas de produzir ilusão” ou aparência de argumento válido eram “em número de seis: a homonímia (equivocação), a ambiguidade, a combinação, a divisão, a prosódia e a figura de linguagem” (cf. ARISTÓTELES, 2010 [*Refutações sofísticas*, 165b 25], p. 549). Depois da enumeração mencionada eram fornecidos os exemplos. E, em concordância com o que estamos tentando estabelecer, pouco depois era enunciado o antídoto para tais ilusões:

(...) falácias surgem porque nenhuma definição foi dada do que seja um silogismo ou do que seja uma refutação (*elegkhos*) e porque há alguma falha na definição de um ou de outra. Com efeito, uma refutação é uma contradição de um mesmo predicado, não de um nome, mas de uma coisa, e não de um nome sinônimo, mas de um nome idêntico, baseado nas premissas dadas e resultado

necessariamente delas (...) no mesmo aspecto, relação, modo e tempo. Uma proposição falsa acerca de alguma coisa também ocorre da mesma maneira. (ARISTÓTELES, 2010 [*Refutações sofisticadas*, 165b 25], p. 549).

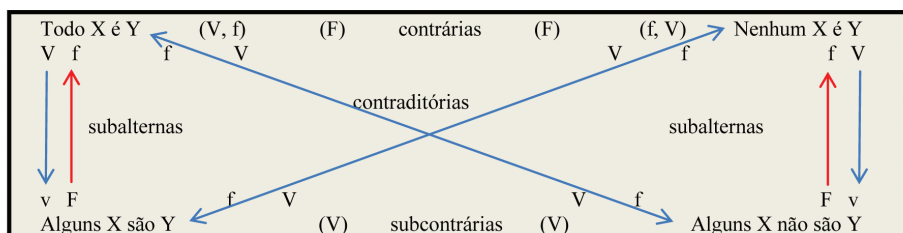
Aquela aparência se sustentava na falta de definições adequadas do que é o silogismo e do que é a refutação (*elenkos*). Tendo em vista que já tratamos bastante do primeiro, refutar pode ser definido como levar à contradição, contradizer, uma proposição ou enunciação de modo que não haja ambiguidade quanto ao que se está opondo; acrescentada a noção de contradição, definia Aristóteles: “refutação constitui um silogismo” demonstrativo “do contraditório”. Obviamente o que mais importa aqui é a oposição de tipo “contraditória”. Ao final do VII parágrafo ou capítulo do *Da interpretação* Aristóteles faz um resumo ou síntese do que acabara de demonstrar, justamente o que pretendemos fazer compreender, a saber:

Chamo de opostos *contraditórios* a uma afirmação e uma negação quando aquilo que uma indica universalmente, a outra indica não universalmente. Exemplos: “Todo homem é branco” se opõe a “Algum homem não é branco”. “Nenhum homem é branco” se opõe a “Algum homem é branco”. No que tange aos opostos *contrários*, a afirmação e a negação igualmente apresentam um caráter universal, o sujeito sendo, em ambos os casos, tomado universalmente. Assim: “Todo homem é branco” ou “Todo homem é justo” é o contrário, e não o contraditório, de “Nenhum homem é branco” ou “Nenhum homem é justo”. Tratando-se dos contrários, notamos que ambos (na sua oposição) não podem ser ao *mesmo tempo* verdadeiros. Não obstante, seus contraditórios às vezes são ambos verdadeiros, ainda que seu sujeito seja uno e o mesmo: Assim: “Algum homem não é branco” e “Algum homem é branco” são proposições verdadeiras [ao mesmo tempo]. (17b 20, p. 87).

Ficam explícitos os tipos de oposição contrária, primeiro, o tipo relacionado às duas proposições universais opostas (“Todos...” e “Nenhum...”) e que não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras - a prova da verdade de uma delas pode funcionar como a refutação da outra -, segundo, o relacionado às suas contraditórias (de “Todos...” a “Algum... não é...” e de “Nenhum...” “Algum... é...”) que podem ser ambas verdadeiras - a verdade de uma não é a refutação da verdade da outra -; por fim, o tipo que de fato deve ser chamado de oposição contraditória entre proposições quantificadas, ou seja, a oposição entre, primeiramente, a universal afirmativa (“Todos...”) e a particular negativa (“Algum... não é...”), que não podem ser ambas verdadeiras e a prova da verdade de uma delas é a refutação da outra, e, secundamente, a oposição entre a universal negativa (“Nenhum...”) e a particular afirmativa (“Algum... é...”), que não podem ser ambas verdadeiras

e a prova da verdade de uma delas é a refutação da outra. E a contradição aqui estabelecida “também vale para proposições que apresentam termos singulares e particulares como seus sujeitos, como em ‘Sócrates é branco’ e ‘Sócrates não é branco’ (ARISTÓTELES, 21010 [*Da interpretação*, 17b 20], p. 87).

A partir desta discussão podemos explicitar os princípios que regem aquelas oposições; além do de não contradição, que sofre um rearranjo por conta das quantidades das proposições e que, por isso, preferiríamos chamar de “princípio de contraditoriedade”, temos o “princípio de contrariedade”, o de “subcontrariedade” e o de “subalternação”. Aqueles princípios envolvem uma dinâmica que pode ser esquematizada/explicitada do seguinte modo:



ATIVIDADE

O que estabelecem os princípios de “não contradição”, “contraditoriedade”, “contrariedade”, “subcontrariedade” e “subalternação”? Por que diferenciamos o princípio de contradição do de contraditoriedade? Qual a contribuição de Leibniz para a reorientação do princípio de contradição? O que você diria sobre a diferença entre os princípios de não contradição, de bivalência e do terceiro excluído? Qual a diferença entre uma falácia formal e uma informal (busque exemplos)?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Lendo com atenção os verbetes em questão no Dicionário de Filosofia de Abbagnano você encontrará as respostas para estas perguntas, o capítulo 8 (Lógica e linguagem) do livro de Stan Baronett é bem completo quanto a esses assuntos, uma navegada na internet também pode ajudar bastante.

CONCLUSÃO

Pronto! Finalmente, depois de longuíssimas e difíceis discussões metafísicas e gramaticais sobre os conteúdos que constituem seus significados e sobre as partes das sentenças declarativas, a esquematização das figuras do silogismo e das contradições que dão origem a refutações genuínas parecem separar o objeto da disciplina Lógica, que, a partir de então, pode se voltar “apenas” para as questões de forma. No entanto, parte das discussões que assumirão grande importância para a História da Filosofia nada mais é que confusão ou esquecimento quanto a essa delimitação e Kant tinha alguma razão quando o afirmou no prefácio de sua *Crítica da Razão Pura*; de outro lado, também estão estabelecidos os princípios para que a filosofia, neste caso a lógica aristotélica, se torne palco de debates de uma esterilidade sem precedentes e Descartes teve alguma razão em denunciar isso em suas *Regras e Discurso do método*. Seja como for, a argumentação desenvolvida principalmente nas obras que citamos forneceu a certidão de nascimento da disciplina “Lógica”, Alexandre de Afrodisia apenas o atestou. Além disso, depois das reelaborações escolásticas, o “quadrado aristotélico das oposições”, “quadrado dos opostos”, etc. certamente tornou-se um dos esquematismos mais importante da História da Lógica e mesmo da Filosofia Ocidental, seu amplo uso só recuará com a criação do booleano, no século XIX, mais de vinte e dois séculos depois da morte de Aristóteles.



RESUMO

Com a aula *Do silogismo aristotélico à silogística* pretendemos chamar atenção para alguns conceitos, princípios, expressões, temas, regras, esquemas, problemas, obras etc que permitem esclarecer o que Aristóteles teria herdado de Sócrates e teria recusado de Platão, algumas de suas críticas e filiações. Também pretendemos determinar qual alcance “O filósofo” ou “O pai da lógica” conferia à linguagem, ou seja, quais relações o silogismo aristotélico tinha com a verdade ou a essência das coisas e qual seu papel diante da aquisição do conhecimento genuinamente científico. Explicitaremos as críticas do estagirita à sofística e à dialética a partir das noções de refutação e contradição, as quais só podem ser adequadamente compreendida depois de estabelecidos os vários tipos de oposição entre as proposições. Vamos nos manter em uma interpretação/compreensão que considera Aristóteles um realista; o que oferecerá uma caracterização pouco empirista e nada nominalista de sua filosofia.



AUTOAVALIAÇÃO

Li e me informei suficientemente sobre o conteúdo da aula “*Do silogismo aristotélico à silogística*”? Sou capaz de compreender a relação entre linguagem (definição ou silogismo) e a realidade (essências) em Aristóteles e Platão? Refleti o suficiente sobre os princípios que regem as oposições entre proposições quantificadas ou não? Compreendi bem o que de fato pode significar uma refutação ou levar um argumento a contradição? Fui capaz de assimilar as bases da silogística aristotélica?



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula faremos a “Síntese das aulas anteriores”, problematizaremos e esquematizaremos o que foi estudado até o momento.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Valandro e Gerd Borheim. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Marcelo Perini. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- ARISTÓTELES. **Órganon**. Trad. Edson Bini. Bauru: São Paulo: EDIPRO, 2010.
- BARONETT, Stan. **Lógica: uma introdução voltada para as ciências**. Trad. Anatólio Laschuk. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon: Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.
- HEGENBERG, Leônidas. **Lógica, simbolização e dedução**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- PLATÃO. **Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.
- PLATÃO. **Diálogos** (Sofista e Político). Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1972.
- PLATÃO. **Diálogos** (Menon, Banquete e Fedro). Trad. Trad. Jorge Paleikat. Rio de Janeiro: Ediouro, ?
- PLATÃO. **República**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

- PLATÃO. **Timeu**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.
- PEREIRA, Oswaldo Porchat. **Ciência e Dialética em Aristóteles**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- RIBEIRO, Maria Francine. “**Demonstração e silogismo nos Analíticos de Aristóteles**”. In: Cadernos de graduação, n. 8, pp. 153-61, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.